



REQUERIMENTO Nº , DE 2019.
(Da Sra. Alice Portugal)

Requer a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para comparecer à Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público para prestar esclarecimentos sobre a chamada Proposta de Emenda Constitucional EMERGENCIAL, que afeta diretamente o serviço público e seus servidores.

Senhora Presidente,

O presidente Bolsonaro e seu ministro da Economia entregaram ao Congresso Nacional três propostas de alteração da Constituição Federal justificadas como vitais para a redução dos gastos públicos.

As propostas são a PEC do Pacto Federativo, a PEC dos Fundos Públicos e a PEC Emergencial.

A chamada PEC Emergencial prevê gatilhos para reduzir despesas obrigatórias, como pagamento de salários integrais a servidores públicos.

A PEC do Pacto Federativo altera as regras que determinam a forma como serão gastos recursos dos Estados, municípios e da União, impondo uma série de restrições a despesas não autorizadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

A PEC dos Fundos Públicos prevê que recursos acumulados em fundos que tinham destinação específica, como o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, sejam usados para pagamento da dívida pública.

Entre as medidas previstas na PEC Emergencial estão a possibilidade de congelar concursos públicos, a redução da jornada e dos salários de servidores e a proibição de reajuste real (acima da inflação) do salário mínimo.

Um dos pontos mais polêmicos da proposta é o que prevê medidas drásticas, com validade de um ano, caso o país se encontre no que a PEC define como Estado de Emergência Fiscal.

Há um plano de redução temporária de até 25% da jornada de trabalho, com consequente corte proporcional no salário dos trabalhadores. De acordo com o governo, a ideia do pacote é enxugar os gastos e aumentar as receitas, promovendo uma poupança de R\$ 50 bilhões nos cofres públicos em uma década.

A medida pode atingir os cerca de 600 mil servidores ativos da União, devendo ter ressonância também entre estados e municípios, que terão autorização para promover as mesmas mudanças propostas para o Poder Executivo federal.

Enquanto atacam os direitos da ampla maioria dos servidores públicos, a mudanças pretendidas pelo governo Bolsonaro cria uma casta de privilegiados na Administração Pública Federal ao permitir promoções ao judiciário, aos militares e aos diplomatas mesmo se declarado o "Estado de emergência".

Outra medida absurda é o anunciado fim da estabilidade para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

servidor público que for filiado a partido político, que, segundo o Ministro da Economia, constará na proposta de Reforma Administrativa.

Como se vê, o pacote de medidas proposto pelo governo significa um golpe de morte no serviço público de nosso país e a liquidação de direitos dos servidores públicos que certamente serão agravados na já anunciada Reforma Administrativa a ser remetida pelo governo federal ao Legislativo.

Ante o exposto, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal e na forma dos art. 219, inciso I e 220 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, para prestar esclarecimentos sobre as motivações, os efeitos e as consequências destas mudanças constitucionais para a Administração Pública Federal, dos Estados e dos Municípios e para os milhões de servidores públicos que serão afetados por tais mudanças.

Sala da Comissão, em de novembro de 2019.

Alice Portugal

Deputada Federal